

CESP, o processo já foi arquivado. Temos em andamento uma ação civil pública, proposta pela UMM, representada pelo **Doutor Benedito Barbosa** e um inquérito civil no Ministério Público apurando eventuais irregularidades. Essa ação civil pública tinha um pedido de liminar para impedir o pleito, essa liminar não foi deferida, no entanto o Juiz decidiu pedir um adiamento da inicial que foi feito pelos requerentes. Foi feito um agravo de instrumento e agora estamos aguardando o andamento da ação. Com relação ao Ministério Público, recebemos uma carta do Promotor de Justiça e estamos apresentando para ele nos próximos dias os esclarecimentos devidos. **Sr. Elton** – Na prática algumas questões a serem votadas pelo colegiado dos Movimentos Populares, poderia eventualmente estar sobre juízo. Por causa disso vamos fazer as votações todas nominais porque se por algum motivo a representação popular tiver que ser substituída ou trocada no andamento dessa ação, nós vamos ter que identificar exatamente quem votou e de que forma. Então vamos dar início a pauta: aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária pelos conselheiros remanescentes. **Sra. Violêta** – Os conselheiros remanescentes são: Elton Santa Fé Zacarias, Elisabete França, Felinto, Luiza Harumi, Flávio Lantelme, André Luiz Gutierrez Pereira, André Castro de Souza, Vera Eunice Rodrigues da Silva, Maria Izilda Camilo, Nelson Barbosa Nunes, Mário Luiz Balbino, Solange Cervera Faria, Marly Namur, Luiz Kohara e Anderson Kazuo Nakano. **Sr. Elton** – Podemos considerar aprovada então a Ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação da gestão anterior. Próximo item aprovação da Ata da Cerimônia de Posse: Consideramos aprovada a Ata da Cerimônia de Posse desta atual gestão. Vamos fazer uma apresentação das atividades que a Secretaria de Habitação e a Cohab está realizando desde o início desta administração. Na questão da habitação formal, o departamento de aprovações, que é ligado a Secretaria de Habitação aprovou 61 milhões de m² ou regularizou nesses últimos cinco anos, gerando uma outorga sobre 2 milhões e 200 mil m², gerando para o Município 448 milhões de reais de contra partidas dos quais 271 milhões já estão efetivamente no caixa da Prefeitura, aqui os princípios da política, a maioria de vocês conhecem, construção federal, metas do milênio, Plano Diretor Estratégico do Município, que conceituam a questão da habitação e da moradia na Cidade de São Paulo e as nossas diretrizes, tentar melhorar a cidade, criar uma cidade sustentável, priorizar atendimento a população de 0 a 3 salários mínimos, promover a melhoria da gestão e integrar as ações dos três níveis de Governo, isso a Secretaria fez com bastante eficiência nos últimos anos, estamos com 110 mil famílias sendo beneficiadas, um investimento de 2,4 bilhões de reais na organização de favelas, 67.000 famílias no programa de mananciais que é uma urbanização de favela com foco ambiental, estamos com 93.000 famílias programadas para até 2012 receberem a sua regularização fundiária das favelas que estão sofrendo obras, 23.000 lotes foram urbanizados ou regularizados pelo RESOLO, e agora além do programa de cortiço da CDHU também a COHAB fará investimentos na habitação da região central, temos hoje quase 9.000 famílias hoje, um investimento de mais 4 bilhões de reais, assumimos aqui em 2005 com um valor entre 100, 200 milhões de reais de orçamento e para 2009 nós executamos quase 1 bilhão de reais em investimentos, boa parte das grandes obras da cidade de urbanização, Heliópolis, Paraisópolis, têm recursos do Governo Federal, Estadual e Municipal. O programa de urbanização em favelas hoje está com 55 áreas ou urbanizadas, algumas já foram concluídas ou em obras, mais 110.000 famílias beneficiadas, 15.000 unidades habitacionais com investimento de 2,4 bilhões, a Prefeitura entrou com 68%, o Governo do Estado com 16% e o Governo Federal também 16%. O Programa Mananciais é um programa antigo da Secretaria, começou em 95, em 2007 nós tivemos a oportunidade de conseguir a adesão do Governo Federal e fizemos um novo programa com investimentos de mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais, que pretendemos beneficiar 67.000 famílias em 94 localidades. A regularização fundiária em favelas, concessão de títulos, direto real de uso, 18.000 famílias já foram atendidas e nós pretendemos atender até 2012, 75.000 famílias nesse programa. A regularização de loteamentos nós conseguimos para o Conselho Gestor aportar esses recursos nesse programa, são 64 loteamentos com 23.000 lotes urbanizados, que devem estar acabando as suas obras agora no primeiro semestre desse ano, dos lotes que o RESOLO tinha, do programa anterior do RESOLO, nós também regularizamos mais 32.000 lotes, o Município tem um estoque bastante grande de unidades habitacionais vindas de programas dos programas PROVER, PROCAVE e Guarapiranga, 22.000 unidades habitacionais estão dentro de um programa de revitalização dos empreendimentos nossos, tivemos diminuição de inadimplência, concluímos obras em 10 empreendimentos para comercializar e 720 já foram comercializadas. No programa de incentivo à moradia da área central, um trabalho conjunto com a CDHU, tem financiamento do BID para concessão de carta de crédito. Então nós trabalhamos em conjunto com eles, intimamos mais de 1.700 cortiços a se regularizarem. É um programa que está indo muito bem, com muitas adesões à carta de crédito e temos 1.700 cortiços vistoriados com 300 reformas em andamento e 1.200 cartas de crédito da CDHU. O Parceria Social é um programa deste Conselho Municipal, gerido pelo Fundo Municipal de Habitação: são 550 contratos já executados e a meta é chegar até 2012 com 3.000 contratos rotativos. Dentro da Secretaria Municipal de Habitação nós vamos ter alguns projetos estratégicos até 2012 que são: Operação Urbana Água Espalada, remodelação que vai acontecer entre o final da Roberto Marinho e a Imigrantes, terminar o Programa Marginais, atacar as favelas da Marginal Tietê com CDHU, atacar as favelas da Marginal Pinheiros, apoiar o Governo do Estado a fazer o Parque Várzea do Tietê que vai ser o maior parque linear do mundo- 70km- e estamos prevenindo reassentamento de 7.000 famílias em parceria com o Governo do Estado. **Sr. Benedito** – Quería saber se há alguma proposição também de construção de unidade para família sem teto, que estão cadastradas inclusive na fila do Minha Casa Minha Vida. **Sr. Elton** – A COHAB vai ter um programa sim para habitação na área central, que nós estamos negociando para que a Caixa seja vinculado ao Minha Casa Minha Vida. Alguns terrenos da COHAB, que estão sendo cedidos ao Governo Federal, vão totalizar 5.000 unidades, o edital está aberto, a finalização da entrega de proposta dia 10 de fevereiro e estamos procurando mais terrenos para desapropriação para tentar em parceria com o Governo Federal mais construção de unidades habitacionais. **Sra. Verinha** – Na outra gestão foi criado os GTs, os grupos de trabalhos, eu acho que importante ter um relatório para saber o que avançou o que não avançou. **Sr. Elton** – 4º item da pauta: Minuta para algumas alterações no Programa de Carta de Crédito Municipal, aprovado pelo Conselho em 2003, e ainda não entrou em vigor. A Secretaria Executiva propôs algumas alterações para facilitar a concessão do benefício. **Sra. Elisabete** – Estamos propondo que possa ser comprado com a carta de crédito do Fundo Municipal de Habitação moradia a regularizar e não apenas regularizada. por que um dos grandes problemas da carta de crédito da CDHU que existe hoje e dessa nossa do Fundo Municipal, é que não existem casas regularizadas a venda no Município de São Paulo nas áreas de mais baixa renda, essa foi até uma sugestão dos moradores que estão no Jardim Pantanal, que eles gostariam de comprar as suas casas, como a mudança é simples a ideia é que depois as normatizações que sejam feitas possam ser específicas para o programa adequando as realidades de cada situação da Cidade de São

Paulo. **Sr. Elton** – Vou abrir a palavra então para os Conselheiros.

Sr. Luiz Kohara – Para se ter mais clareza e por ser até uma mudança para viabilizar, de quanto se tem de dotação para esse ano? Outra questão que vai ser discutida é se a instrução normativa vai vir para o Conselho também porque a definição central do valor está na instrução normativa. Então gostaria de estar sabendo também, agora o que eu estou vendo aqui no pedido para votação no item três, excluíram os itens 2 e 3 do capítulo 8º da resolução, mas quando a gente vê na própria resolução, na verdade lá está explicando a mudança não do capítulo 8º, é do 6º, acho que tem alguma coisa aí que pelo menos posso ter me enganado, mas gostaria que desse uma olhada, no pedido fala a mudança 2 e 3 do capítulo 8, quando a gente olha na resolução, está falando na mudança do capítulo 6, 2 e 3 do capítulos 6, é só dar uma olhada aí, outra questão, se vocês estão falando que o valor vai ser tratado na instrução normativa, vocês estão sugerindo mudar o item 2 e 3, mas o item 1 do capítulo 6 ele define de forma explícita o valor, não tem uma incompatibilidade aí? Pensando em termos lógicos. **Sr. Elton** – Ele define o valor para moradia regularizada, nós estamos tentando encontrar um caminho jurídico, por isso que essa é uma primeira versão para o programa carta de crédito, depois de encontrar o caminho jurídico como comprar uma casa que seja possível regularizar obviamente que esse valor é menor, então por isso que o valor será definido por instrução normativa. **Sr. Luiz Kohara** – Então para a situação regularizar vai continuar esses 32.400 corrigidos? **Sr. Elton** – Ele sofre uma correção, ele deve estar hoje aí nuns 50.000, mais ou menos. **Sr. Luiz Kohara** – Que para mim parece assim, ao mesmo tempo vocês querem ter uma abertura para poder agilizar, facilitar, e esse valor pode também prender porque eu acho difícil hoje, vendo toda valorização, não sei quando da exatamente nesse 7 anos de correção o valor que vai atingir esses R\$ 32.400, é mais observando essa lógica aí. **Sr. Elton** – Mas com a correção esse valor não é mais R\$ 32.000, deve estar perto de R\$ 50.000, regularizado vai ficar R\$ 50.000 e não regularizado vai ser definido na instrução normativa. **Sr. Kazuo** – Acho esta apresentação rápida e insuficiente. Como Conselheiro é importante que tenhamos nessa primeira reunião do mandato, um documento detalhado, claro, sobre esse resumo orçamentário, enfim, sobre toda essa proposta mais ampla da política habitacional, gostaria de aproveitar a fala da Verinha em relação aos encaminhamentos dos trabalhos que foram feitos no mandato anterior pelos Grupos de Trabalho, não temos nenhuma posição em relação aos vários GTs. **Sr. Nelson** – Terminou o mandato e nós não vimos nada conclusivo daquelas reuniões que fizemos durante todo mandato da gestão anterior. **Sr. Maksuel** – Se tivéssemos essa Carta de Crédito Municipal desde 2003, os movimentos estariam conquistando muitas moradias, não só em outras administrações como na presente, acho importante que seja criada uma diretriz dentro do programa para o atendimento com carta de crédito que não só seja individual, que trabalhe na questão coletiva também, se ficar mais barato, por intermédio da carta individual que os responsáveis pela habilitação realizem os procedimentos necessários para viabilização do empreendimento. O valor da carta de crédito que desde 2003, lá está explícito que é de R\$ 32.400,00, tem uma variação pelo que está sendo proposto porque foi colocado aqui também, uma variação até R\$ 70.000,00, ao se comprovar a necessidade desse valor, tendo em vista a alta valorização do mercado imobiliário de SP que nos últimos 7 anos, sofreu um aumento de 78,7%, no valor do m², basicamente em toda São Paulo. Tem outros entes federados também que estão dando um subsídio maior. O que está aqui é um subsídio de R\$ 16.000,00 na normativa de 2003, e estamos propondo para a apreciação o valor de R\$ 20.000,00. **Sr. Pedro** – Gostaria de fazer uma solicitação de informações sobre o resumo do orçamento da Secretaria para 2010 e a disponibilidade que vamos ter de recursos para o Fundo Municipal de Habitação. Sem termos essa informação fica difícil pois todos os votos que estão sendo previstos para hoje, não se sabe qual o montante disponível para o Fundo Municipal de Habitação. **Sr. Elton** – O orçamento do Fundo esse ano são 57 milhões de reais, o orçamento da Secretaria de Habitação é de 690 milhões mais ou menos, e temos mais dois Fundos que estão atrelados à Secretaria de Habitação, que é o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental que está sendo criado, prevê 300 milhões, e o FUNDURB que prevê 32 milhões. Então basicamente esse é o orçamento global. **Sr. Pedro** – Então, voltando par o gráfico dá para ver um crescimento dos investimentos que a Secretaria tem feito e uma estagnação do recurso do Fundo Municipal de Habitação que está sempre na linha rasante. A pergunta que eu faço é para que os Conselheiros também possam avaliar isso, quer dizer, o Fundo Municipal hoje é cada vez mais uma porcentagem menor dos recursos de habitação, vamos ter que votar 12 milhões hoje para uma gerenciadora, então estamos falando em 8%, se incluir os recursos adicional, o Fundo Municipal não trata nem de 5% do recurso que está sendo mobilizado pela Secretaria. **Sr. Elton** – Quem mobiliza o recurso na Secretaria é a Câmara dos Vereadores. **Sr. Pedro** – Podemos depois discutir isso e avaliar como se pressiona a Câmara, o Fundo Municipal é cada vez mais irrelevante do ponto de vista da quantidade e recursos da política habitacional que está sendo praticada no Município de São Paulo. **Sr. Benedito** – Eu queria sugerir aqui que possamos fazer um debate em relação dos recursos do Fundo com o orçamento da Secretaria e ver que isso não é fruto só de uma Secretaria, mas é de um processo, essa diferença do recurso e do Fundo e do orçamento e queria aqui fazer coro com o Maksuel, com as questões em relação à carta de crédito individual e também que a carta de crédito possa de fato ter uma possibilidade de grupo de famílias ou associações, coletivamente, poder se agrupar para poder captar o recurso da carta de crédito. No programa Minha Casa Minha Vida de 0 até 3 salários, a faixa máxima é de R\$ 52.000 estamos tendo dificuldade, por isso que o Movimento às vezes vem aqui inclusive ao Fundo Municipal e a própria CDHU pedir complementação de recurso, porque esse valor não viabiliza a compra de terreno nas unidades habitacionais, tem que fazer também essa discussão, o que significa pagar menos por unidade regularizada, e se seria possível regionalizar os valores. **Sr. André** – Sobre os grupos técnicos que aqui foi colocado, o grupo que eu coordenei, que era da revisão do Plano Municipal de Habitação, ele parou seus trabalhos no final do ano pelo processo eleitoral, está muito claro, os grupos não são feitos pela direção e sim por nós Conselheiros, então nós temos que nos reunir recapitular o que foi feito o ano passado, apresentar na próxima reunião e não pedir simplesmente o trabalho da Violêta e do pessoal da Secretaria Executiva. Se um grupo não trabalhou cobrem os participantes, do grupo. **Sra. Marly** – Eu sei que o Conselho foi criado para gerir o Fundo, mas por que só o Fundo, por que não todos os recursos destinados da habitação do Município de São Paulo? Me incomoda muito quando eu venho aqui, é que estamos sempre votando coisas pontuais. Então fica uma coisa assim, vamos aprovar não sei quantos milhões para fazer tal coisa, o que significa isso em relação ao total que está previsto e o que significa em relação ao que já foi gasto? Quer dizer, fica uma coisa assim muito pontual e pouca esclarecedora, eu me sinto muito desconfortável. A outra questão eu nunca sei o que significa isso em relação ao total, eu participei do grupo que o André coordenou, eu acho importante, na próxima reunião que soubéssemos o que o grupo fez, o que ele se

propôs, o que ele não fez. **Sra. Elisabete** – Em relação aos grupos de trabalho nós decidimos aqui na última reunião do Conselho, que tendo em vista que a Secretaria Municipal da Habitação organiza uma eleição de caráter universal, que continuar os grupos num período eleitoral e com a mudança dos Conselheiros, período de Natal e Ano Novo não iria ser das coisas mais produtivas, então a Secretaria Executiva se compromete a enviar um texto relatando minuciosamente como cada grupo funcionou. O grupo do Plano Municipal da Habitação, que o André era o coordenador, ele detalhou minuciosamente a política habitacional com são dirigidos os programas etc. mas de antemão gostaria de informar a todos que o nosso site www.habisp.inf, a minuta do plano está lá. Como o Conselho é novo, eu recomendo talvez pela observação dos Conselheiros, lembrem-se, o Conselho é uma lei votada pela Câmara dos Vereadores, podemos criar um grupo de trabalho que discute um novo Conselho, novas funções, fazer uma avaliação do que deu certo e o que não deu certo, e propor a Câmara dos Vereadores uma nova legislação. **Sr. Elton** – Vamos partir para a votação do item 4 da pauta, quem concorda com as alterações propostas no Programa Carta de Crédito Municipal com as ressalvas indicadas pelo Conselheiro Luiz Kohara, indicando alguns erros na redação, mas que vão ser corrigidos. **Sr. Abelardo** – Se ao tomar a votação o senhor acrescentar se há alguém que deixa de votar, que se abstém a votação, se for por unanimidade são todos aqui que estão na lista, não há necessidade dessas dessa identificação. **Sr. Elton** – Então está bom, acho que se o Conselho concordar com a manifestação do Conselheiro Abelardo, quem concorda com as alterações da resolução da Carta de Crédito Municipal, que permaneçam como estão, quem discorda levante o braço? Kazuo e Luiz Kohara discordam das alterações da Carta de Crédito, os outros Conselheiros se manifestaram favoráveis, portanto, aprovada as alterações do item 4. Eu vou pedir licença ao Conselho porque vou ter que me retirar e queria que a **Elisabete França** e o **Ricardo Pereira Leite** dessem prosseguimento à pauta. **Sra. Elisabete** – A próxima solicitação de voto item 5 aqui da pauta, voto 02/2010 que solicita autorização para contratação de prestação de serviços técnicos especializados, construtiva e assessoria técnica, para implantação de empreendimentos e demais ações relacionadas ao Plano Estratégico de Atuação da COHAB São Paulo, o **Ricardo** vai fazer a apresentação da solicitação do voto. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – O ano passado foi um ano marcante para questão habitacional porque foi um ano que teve uma alteração significativa com a novidade do Minha Casa Minha Vida, que trouxe uma injeção muito grande de recursos para o setor e com volumes de subsídios muito superiores, de tudo o que pagamos de imposto, dos paulistanos que pagam de impostos, 6% vai para o Governo Municipal, 94% vai para os Governos Estadual e Federal principalmente para o Federal. No ano passado nós assinamos no Município de São Paulo o primeiro empreendimento de 0 a 3 salários, com uma licitação, estamos habilitando empresas que vão depois ser contratadas pela Caixa Econômica Federal, 32 terrenos, terrenos esses todos da COHAB que já estavam com empreendimentos em andamento e autorizados junto ao CDHU. Transferimos esses empreendimentos do CDHU para utilizar recursos da Caixa Econômica Federal e já se encontram em licitação. No mês que vem selecionaremos a relação das empresas que foram vencedoras e essas empresas negociaram diretamente com a Caixa Econômica para serem contratadas e fazer os empreendimentos, no ano passado tivemos um óbice dos Conselheiros com relação a encaminhar cinco empreendimentos para o Minha Casa Minha Vida, então esses empreendimentos que nós tínhamos oferecido o terreno para o Fundo Municipal, foram encaminhados diretamente pela COHAB, eles serão novos empreendimentos para a faixa de 0 a 3, mas não do Fundo Municipal de Habitação que tenhamos, vamos dizer, um consenso para poder oferecer a possibilidade de o Fundo desapropriar terrenos e fazer dentro do Minha Casa Minha Vida; em agosto mais ou menos, temos o nosso contrato de gerenciamento vencendo, conforme foi combinado o ano passado traríamos na reunião do Conselho a proposta de licitar novamente, de mais 2 anos de gerenciadora, e estamos fazendo uma mudança de valor 11 milhões e 800, que é um valor que nós pretendemos fazer licitação e estamos propondo que esse valor seja custeado pelo Fundo Municipal de Habitação, basicamente é essa a proposta para qual eu peço autorização do Fundo para fazermos o termo de referência e a licitação. **Sr. Kazuo** – Por mais que achemos importante discutir o aproveitamento desses prédios ociosos para produção de moradia popular nas áreas centrais, eu acredito que nessa solicitação de voto, é importante termos maiores informações para votar com mais qualidade porque isso não foi disponibilizado devidamente, realizar outras atividades que estariam fazendo parte desse tal plano estratégico de atuação da COHAB que não sabemos o que é, nós nunca tivemos acesso a tal documento, eu queria retomar essa discussão que o Pedro Arantes levantou, que esses 12 milhões no montante dos recursos do Fundo são 20%. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – Você tem que dividir por dois, porque são dois anos de contrato. **Sr. Kazuo** – Isso não está esclarecido aqui na solicitação de voto, acho que é importante discutirmos aqui possibilidades de utilização de outras fontes de recurso e não do Fundo, já que os recursos do Fundo são muito pequenos. Nas discussões em relação à utilização dos terrenos, implantação dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, no mandato anterior não se tratou de um óbice dessa plenária em relação a essa proposta, o que foi discutido é que a utilização desses terrenos para implantar empreendimentos com recursos do Minha Casa Minha Vida fosse levada para uma discussão mais detalhada no âmbito do grupo que estava discutindo o Plano Municipal de Habitação, para que se discutisse não só a destinação de terrenos para o programa Minha Casa Minha Vida, mas se discutisse junto critérios de atendimento das unidades que serão produzidas nesses empreendimentos, para que esse Conselho participasse mais ativamente dessa distribuição das unidades produzidas. **Sra. Izilda** – Dentro de toda essa proposta de recursos, quando é que nós vamos discutir o recurso para atender convênios firmados e não cumpridos? **Sr. André** – Se não haveria outras possibilidades de destinar recurso que não do Fundo para a contratação da gerenciadora por que é 10% ou 12% para o ano de 2010. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – 6%, desculpa, só corrigir que é importante. **Sr. André** – Qual é a prioridade que vamos dar para os recursos do Fundo, como podemos otimizar o uso desse recurso de forma a beneficiar os interesses dos movimentos de moradias, dos grupos da Sociedade Civil que estão aqui presentes, então eu questiono um pouco essa destinação já de cara tanto para esse orçamento quanto já para o ano seguinte, estamos carimbando aí 10% esse ano e 10% do próximo também. **Sr. Benedito** – Um questionamento em relação à destinação de parte desse recurso, desses imóveis para o programa Minha Casa Minha Vida, o UMM é uma Entidade atuante aqui na Cidade de São Paulo, e nós não fomos informados e chamados para discutir a destinação desses empreendimentos, os Conselheiros no ano passado estavam aqui na gestão anterior passou para nós, é que não haveria nenhuma destinação desses empreendimentos para o programa de auto-gestão, então essa é uma dúvida que eu gostaria de ver aqui esclarecida, eu não vi lendo aqui rapidamente qual é a empresa ou gerenciadora, não sei se está colocado aqui, que vai ser beneficiada. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – Nós estamos pedindo só a autorização, reservar a

verba do Fundo para fazer uma licitação, portanto, não temos a menor ideia de quem será a empresa. **Sr. Benedito** – Gostaria de saber se tem um estudo preliminar da COHAB, se fez um levantamento de quanto custaria e se de fato, é R\$ 12,5 milhões que vai constar. Seria importante nos informar como chegou a esses valores, pois é um valor extremamente alto. **Sra. Elisabete** – A COHAB vai construir 24.000 unidades no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida nós produzimos para cada PAC que nós temos na SEHAB, aproximadamente 4.000 folhas de projeto, arquitetura, engenharia. É um plano social que consome mais de 10 profissionais da área do social que é exigido pela Caixa, são 2% do valor do contrato e mais o plano de educação ambiental, que exige também um contingente significativo de profissionais. A COHAB tem hoje em seus quadros, acredito, não mais do que 40 arquitetos e engenheiros. Não tem em seus quadros um contingente de assistentes sociais e nem de educação ambiental. Então gostaria que os Conselheiros analisassem dessa perspectiva a contratação. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – O que mudou da proposta que hoje está em vigor, da gerenciadora que hoje já existe em relação ao custo dessa gerenciadora para a nova proposta é basicamente projeto, nós precisamos correr para colocar rapidamente mais unidades no âmbito do Minha Casa Minha Vida de 0 a 3 salários porque caso não façamos isso, e a empresa e a Prefeitura de Itapetininga, de Novo Horizonte, Ilha Solteira ofereçam essa proposta para a Caixa e utilizem essas unidades que estão disponíveis, elas vão sair do todo das 12.000, portanto, vai acabar o dinheiro do Minha Casa Minha Vida. Só lembrando de 0 a 3 salários que custa 10% do valor da prestação, estamos já com 5.000 na fila, pretendemos fazer 24.000. Nessa gestão faltam 3 anos, então nós estamos praticamente começando. Já estamos desapropriando terrenos que espero possamos oferecer e fazer em conjunto com o Fundo Municipal de Habitação. O passo seguinte é fazer o projeto. Então estamos propondo um valor de 7,5 milhões por 2 anos que são 3 milhões 750 para fazer o projeto. **Sr. Pedro** – As informações que estão colocadas aqui para aprovarmos 12 milhões de reais são absolutamente insuficientes, nós tivemos acesso ao plano de investimento da COHAB, não sabemos exatamente qual o escopo do que essa gerenciadora vai executar, poderia ser fornecida a minuta da licitação de que está sendo preparada, enfim, são informações, não sabemos nem se esses recursos são para fazer obras do Fundo, são diversos esclarecimentos que para um voto de 12 milhões de reais, equivale a 10% do valor do orçamento, nessas duas folhas aqui são absolutamente insuficientes. **Sra. Elisabete** – após a sua tese o Poder Público se modernizou um pouco e atualmente nós temos prédios com projetos do Grupo Piratinin, por exemplo, em Heliópolis do Arquiteto Vilherca, do Arquiteto Glotarc, Edson Elito no Paraisópolis, o Grupo MMBB do Jardim Edite, Marcelo Suzuki também na área das Águas Espraiadas, Marcelo Ferraz Brasil Arquitetura em Perus, Ruy Otake, por exemplo, Marcos Boldarine, tem uns escritórios internacionais em parceria, o Arquiteto Aravena também está trabalhando conosco, estamos realmente muito preocupados, todos eles foram contratados por gerenciadora, a gerenciadora hoje não decide como era antigamente na época da ditadura militar o que ela quer fazer, nós somos um Governo democrático e nós dizemos o que ela vai fazer, então eu gostaria até que na próxima eleição do Conselho fosse distribuídas pela Secretaria algumas publicações que mostram, inclusive, se já foi publicado na Revista Projeto etc., isso não é verdade, isso é um fato que foi abolido, eu acredito nessa gestão desde 2005, são todos contratos por arquitetos ou escritórios de arquitetura com experiência comprovada em área de habitação, que estão tentando buscar soluções que venham a se encaixar nas nossas propostas. **Sr. Pedro** – Não é só arquiteto de grife que nós estamos falando, arquitetos que entendem de política habitacional, que poderiam muito bem ser fruto de concursos públicos para boas soluções em arquitetura e não soluções como às vezes tem sido dadas. **Sr. Luiz Kohara** – Quando se pede o voto de R\$ 11 milhões, um texto não pode ser genérico, começa assim, considerando a proximidade do término, gostaria de saber proximidade quer dizer o quê? Esse processo irá tratar, portanto de uma contratação mais abrangente, mais complexa, do que o contrato atualmente em vigor, nós não temos acesso a esse contrato em vigor e o que é complexo aqui, foi pedido nesse sentido que fosse explicitado, trazido na próxima reunião e nunca aconteceu isso de trazer esse contrato para ser apresentado quando aprovamos a prorrogação da outra vez, era importante ser explicitado até porque a democracia é qualificar a forma de participação, não simplesmente levantarmos o braço ou não, acho que tinha que dizer exatamente o que o Maksuel pediu, não dá para fazer na instrução normativa porque aqui não está prevenido essa mudança, essas duas questões, a forma de encaminhar tem que ser precisa, também a forma de apresentar, é importante que, um texto público, para ser votado, tem que ser mais preciso, e mais explicitado. **Sra. Marly** – Se trata de definir prioridades do uso do dinheiro do Fundo, como não conhecemos o plano de investimento da COHAB e muito menos o plano estratégico de atuação da COHAB, não dá para saber se deve gastar dinheiro do Fundo para contratar projeto, não se trata de ir contra os projetos, tem que fazer os projetos, mas eu não sei se com o dinheiro do Fundo, fora que a Izilda colocou que tem vários convênios que não estão sendo realizados porque se alega que não tem dinheiro, será que a prioridade não seria viabilizar esses convênios? Quanto custaria viabilizar esses convênios? Ou seja, temos que fazer um plano de como usar o dinheiro Fundo. **Sr. Ricardo Pereira Leite** – Vocês estão tendo a oportunidade de inserir o Fundo num programa que vai ser feito porque o Minha Casa Minha Vida não vai ser desprezado, ao invés de licitar projeto a projeto que posterga o início das obras, portanto, posterga a contratação da Caixa Econômica, nós estamos propondo fazer via gerenciadora mesmo, nada impede que façamos a contratação projeto a projeto, o que nem sempre é bom porque a licitação é por preço, nem sempre vai ganhar o bom arquiteto, nós queremos inserir o Fundo nesse contexto, vocês estão falando do planejamento da COHAB, da estratégia da COHAB, essa estratégia é da COHAB, ele é pública, nós já fizemos Audiência Pública, fizemos várias, nós podemos deixá-los a par disso, a Ângela que é Diretora Social tem agendado reunião com todos os Movimentos, nós estamos explicando tudo direitinho, então não se trata de querer impor, se trata de dar uma oportunidade para o Fundo se engajar numa corrente que é o Minha Casa Minha Vida que na nossa opinião é inteligente. **Sr. Maksuel** – Eu coloco como proposta para que na próxima reunião, como o senhor mesmo disse, apresentem esse plano sim, esse plano estratégico de atuação da COHAB, a importância de estarmos atuando dentro do que a COHAB ou a Secretaria de Habitação tem como plano estratégico, automaticamente não conhecendo o plano, o que a Secretaria está pensando, o que a COHAB está pensando, parece, como o Dito colocou, que só estamos levantando a mão para votar coisas que desconhecemos, eu achava importantíssimo que na próxima reunião, com o esforço de vocês, fosse apresentado aqui no telão o que é o estratégico da COHAB para esse ano, ano que vem, por que é importante a utilização do recurso que é pouco, o recurso do Fundo Municipal para estar atuando, para estar colocando lá esse recurso para estar contratando gerenciadora, se temos que cobrar dos Vereadores, coloco como proposta também de estar na próxima reunião, acho que o jurídico, eu não sei como funciona isso, desculpa por eu ser leigo nesse